



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



CONTRATO Nº 20260107

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 20260107, QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, POR INTERMÉDIO DO (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES E A EMPRESA GM COMERCIO E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, CNPJ/MF, Nº 06.172.720/0001-10, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) LEANDRO DA SILVA OLIVEIA, Secretário Municipal de Obras, e do outro lado GM COMERCIO E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA, CNPJ/CPF CNPJ 57.214.893/0001-95, com sede na AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SL.1002 M, CALHAU, São Luís-MA, CEP 65071-380, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).GESSIMARIA ALVES DOS SANTOS MARTINS, portador do(a) CPF 053.357.343-29, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

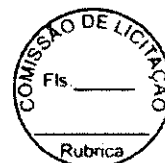
1.1. O objeto do presente instrumento é a FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DEMAIS MOBILIÁRIOS, DESTINADOS A ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES-MA, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
016110	Mesa escritório ? descrição geral: mesa de escritóri o 1,20 x 0,60m c/ gavetas in Mesa escritório ? descrição geral: mesa de escritório 1,20 x 0,60m c/ gavetas incoflex cinza/cinza, pés de apo com acabamento. Modelo: mesa reta. Material: MDF ou MDF. COTA EXCLUSIVA	UNIDADE	12,00	185,200	2.222,40
016111	Mesa Escritório. Descrição geral: 1,20 x 0,60 m S/ G avetas Incoflex Cinza/Cinza, Mesa Escritório. Descrição geral: 1,20 x 0,60 m S/ Gavetas Incoflex Cinza/Cinza, pés	UNIDADE	3,00	237,230	711,69



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



de aço com acabamento. Modelo: Mesa reta. Material: MDF ou MDF					
COTA					
EXCLUSIVA					
016112	Poltrona giratória. Descrição geral: Cadeira de escr	UNIDADE	12,00	448,840	5.386,08
itório presidente, base crom					
Poltrona giratória. Descrição geral: Cadeira de					
escritório presidente, base cromada,					
cor preta. COTA					
EXCLUSIVA					
016113	Cadeira Longarina 4 Lugares. Materiais da estrutura:	UNIDADE	10,00	348,470	3.484,70
ABS. Materiais dos assentos					
Cadeira Longarina 4 Lugares. Materiais da estrutura:					
ABS. Materiais dos assentos:					
Polipropileno. C x L x A:					
190 x 48 x 78 cm. COTA EXCLUSIVA					
016114	Armário. Modelo: Arquivo 4 gavetas suspensas. Materi	UNIDADE	8,00	679,370	5.434,96
al: Aço. Altura x Largura x					
Armário. Modelo: Arquivo 4 gavetas suspensas. Material:					
Aço. Altura x Largura x					
Profundidade: 133 cm x 47 cm x					
60 cm. Quantidade de gavetas: 4. COTA					
EXCLUSIVA					
016115	Bebedouro Elétrico. Aço Inox. Temperatura da água: g	UNIDADE	3,00	482,370	1.447,11
elada, natural. Lugar de col					
Bebedouro Elétrico. Aço Inox. Temperatura da água:					
gelada, natural. Lugar de					
colocação: de Coluna.					
Material do tanque: Polipropileno. COTA EXCLUSIVA					
016116	Geladeira. Tipo de degelo: frost free. Com capacidade	UNIDADE	1,00	2.286,800	2.286,80
e de 326 litros. Com freezer					
Geladeira. Tipo de degelo: frost free. Com capacidade					
de 326 litros. Com freezer					
superior. Eficiência					
energética A. Cor: Branca. Voltagem 220 VOLTS.					
COTA					
EXCLUSIVA					
016118	Ventiladores De Parede. Frequência: 60 Hz. Quantidade	UNIDADE	2,00	227,720	455,44
e de pás: 6. Material das pás					
Ventiladores De Parede. Frequência: 60 Hz. Quantidade					
de pás: 6. Material das pás:					
Plástico. Cor das pás:					
CINZA. Cor da estrutura: Preto. Diâmetro: 50 cm.					
Refresca os					
ambientes sem					
ruídos					
irritantes.					
Ventilador de 3 velocidades. COTA EXCLUSIVA					
016119	Armário. Material: Aço. Quantidade de portas: 2. Alt	UNIDADE	3,00	474,580	1.423,74
ura: 170 cm. Largura: 70 cm.					
Armário. Material: Aço. Quantidade de portas: 2.					
Altura: 170 cm. Largura: 70 cm.					
Profundidade: 30 cm					
Peso: 25 kg. COTA EXCLUSIVA					
016121	SSD, 1 TB, M.2 2280, PCIe 4.0 x4, NVMe, Leitura: 600	UNIDADE	6,00	343,740	2.062,44
0 MB/s, Gravação: 4000 MB/s.					
SSD, 1 TB, M.2 2280, PCIe 4.0 x4, NVMe, Leitura: 6000					
MB/s, Gravação: 4000 MB/s.					
COTA EXCLUSIVA					
016122	Mousepad. Cor: Preto. Material: Tecido Plástico. C x	UNIDADE	20,00	8,280	165,60
L: 15 cm x 9 cm. Espessura:					
Mousepad. Cor: Preto. Material: Tecido Plástico. C x L:					
15 cm x 9 cm. Espessura: 5					
mm. COTA EXCLUSIVA					
016123	Mouse para Notebook. Com fio. Tipo de mouse: Conveno	UNIDADE	20,00	6,640	132,80
cional. Resolução do sensor:					
Mouse para Notebook. Com fio. Tipo de mouse:					
Conventional. Resolução do sensor:					
1200 dpi. Tipo de					
sensor: Óptico. COTA EXCLUSIVA					
016124	Mouse. Tipo: Sem Fio Recarregável Wireles. Tipo de se	UNIDADE	20,00	8,030	160,60
nsor: Óptico. Resolução do					
Mouse. Tipo: Sem Fio Recarregável Wireles. Tipo de					
sensor: Óptico. Resolução do					
sensor: 1600 dpi. COTA					
EXCLUSIVA					
016125	Suporte p/ Notebook de até 17 polegadas, Base Led Re	UNIDADE	15,00	39,630	594,45
frigerada. Ventilação silenc					
Suporte p/ Notebook de até 17 polegadas, Base Led					
Refrigerada. Ventilação					
Silenciosa. Cor: Preto. C x L x					
A: 42 x 38 x 6 (cm). COTA EXCLUSIVA					
016126	Notebook com processador do tipo intel core i5 ou si	UNIDADE	7,00	2.507,230	17.550,61
milar ou de qualidade superi					
Notebook com processador do tipo intel core i5 ou					
similar ou de qualidade superior.					
Memória RAM de 8GB.					
SSD de 512GB. Tamanho da tela de 15,6" Full HD.					
COTA					
EXCLUSIVA					
016127	Notebook. Processador com arquitetura avançada, mult	UNIDADE	5,00	4.777,530	23.887,65
tipos núcleos e threads, alt					
Notebook. Processador com					
arquitetura					
avançada,					
múltiplos núcleos e threads, alta					
frequência de clock,					
cache aprimorado, suporte para memórias avançadas,					
gráficos					
integrados, ideal para multitarefas e					
aplicações exigentes. Memória RAM: 16GB					
SSD.					
SSD					
512GB. Placa de vídeo com arquitetura Ampere, mínimo de					
1540					
núcleos, frequência de clock que pode ultrapassar					



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



	1,7 GHz, 8GB de memória GDDR6, Interface de memória de 128 bits, que suporte tarefas de programas de engenharia com qualidade aprimorada. Tela 15,6" LED Full HD 144Hz. COTA EXCLUSIVA			
016113	Teclado com fio USB com Layout ABNT2. Cor Preto. Dimensões: L x P x A: 45 x 15,5 x 2,25 cm. Peso: 550 g. COTA EXCLUSIVA	20,00	47,030	940,60
016114	Fragmentadora de Papel e Cartão. Capacidade de até 10 Folhas. Voltagem 220V. Fragmentadora de Papel e Cartão. Capacidade de até 10 Folhas. Voltagem 220V. Cesto de 15L. Dimensões: 32 x 10,5 x 35,5 cm. Peso: 4,4 quilogramas COTA EXCLUSIVA	3,00	415,860	1.247,58
016115	Gabinete Atx. Processador com arquitetura avançada, múltiplos núcleos e threads, Gabinete Atx. Processador com arquitetura avançada, múltiplos núcleos e threads, alta frequência de clock, cache aprimorado, suporte para memórias avançadas, gráficos integrados, ideal para multitarefas e aplicações exigentes. Memória 16GB (2 x 8GB DDR4). SSD NVME 512GB. Placa de vídeo com desempenho e arquitetura eficientes, que suporte a 4K e multimídia, Compatível com múltiplas saídas de vídeo via HDMI, DisplayPort e USB-C. Suporte a até três monitores simultâneos, facilitando o uso multitarefa, capaz de rodar programas pesados e renderização com eficiência energética. Fonte, tipo Atx, 500w, Bivolt. Placa de rede 10/100/1000. 4 portas USB. 2 portas de áudio. 01 HDMI. 2 Display port. Com cabo de energia. COTA EXCLUSIVA	2,00	1.811,390	3.622,78
016116	Monitor Led 17". C/ Hdmi, Vga. 100v/240v. Tipo de resolução 7 HD. Resolução da tela 1280 px x 1024 px. COTA EXCLUSIVA	2,00	305,670	611,34
016117	GPS. Tipo de gps: Portátil. Tamanho da tela: 2,6 ". Resolução da tela: 160 px x 160 px. Tipo de gps: Portátil. Tamanho da tela: 2,6 ". Resolução da tela: 160 px x 240 px. Tipo de bateria: AA. Memória interna: 16 GB. Com ranhura de expansão para cartão de memória. Altura: 16 cm. Largura: 6 cm. Profundidade: 3 cm. Peso: 217 g. COTA EXCLUSIVA	5,00	2.385,660	11.928,30
016118	Estação Total. Distância máxima de medição: 3.500 m. Precisão: 2 mm. conectividade Estação Total. Distância máxima de medição: 3.500 m. Precisão: 2 mm. Conectividade: Cartão SD, USB. Características adicionais: Medição com Prisma Simples 3,6 km. Medição com Prisma Triplo 5 km. Medição sem Prisma 1000 m. Memória interna: Obra/Total 96MB. Precisão com Prisma 3(2mm +2ppm). Precisão sem Prisma 4mm +2ppm. Correção de Curvatura da Terra por autocorreção. Display de cristal líquido nos dois lados do equipamento, com teclados físicos alfanuméricos. Duplo compensador líquido-elétrico com 17de precisão e compensação até +/- 67. COTA EXCLUSIVA	1,00	12.346,620	12.346,62
016119	Trena Longa 50m C/ Fita De Fibra De Vidro. Comprimento da fita: 50 m. Largura da fita: 50 m. Largura da fita: 1,3 cm. Peso: 0,76 kg. COTA EXCLUSIVA	10,00	103,500	1.035,00
016120	Roda Trena Medição Profissional. Circunferência da roda: 1m. Diâmetro da roda: 1m. Diâmetro da roda: 11,93cm. Limite de contagem: 9.999,9m. Peso: 1,4 kg. Unidades de medição: m, m. Precisão: +-1mm/m. Características adicionais: manopla ergonômica. COTA EXCLUSIVA	5,00	445,790	2.228,95
016121	Conjunto de mesa com 6 cadeiras. Cor: Dark/Granito. Material: Base e Cadeira de madeira. Conjunto de mesa com 6 cadeiras. Cor: Dark/Granito. Material: Base e Cadeira de madeira. Acab. Tampo mesa: Granito.	1,00	899,800	899,80



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



Medidas da Mesa (Base + Tampo): A x L x P: 77 x 140 x 75 cm. Medidas da Cadeira: A x L x P: 95,5 x 40 x 44,2 cm. Peso mesa: 67,8kg (Base + Tampo). Peso cadeira: 3,83kg. Cadeiras suportam: 100kg. Mesa suporta: 100kg. COTA EXCLUSIVA			
016145	Kit Completo Par Receptores. Material: Liga de magné sio. USB-C Sim. Compensação d Kit Completo Par Receptores. Material: Liga de magnésio. USB-C Sim. Compensação de inclinação 0 até 60 graus. Compatível c/ satélites GPS, Glonass, Galileo e BeiDou. Wi-Fi 802.11 b/g/n, modo de ponto de acesso. Bluetooth 4.2. NFC Sim. Portas 1 x porta USB Tipo-C (download de dados, Atualização de Firmware). 1 x porta de antena UHF (TNC fêmea). Armazenamento de dados 8 GB memória interna. Consumo de energia 2,2 W. Características Adicionais: Com coletora de dados. Com tripé em alumínio para estação total. Com bipé em alumínio para bastão topográfico. Com bastão topográfico fibra de carbono super leve de 2,20 m. Com suporte para coletor de dados. Com adaptador para base nivelante. Com base nivelante com prumo óptico. COTA EXCLUSIVA	1,00	38.355,290 38.355,29
		VALOR GLOBAL R\$	140.623,33

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 140.623,33 (cento e quarenta mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº 54.2025 PE, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua

conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu extrato e estendendo-se até 31 de Dezembro de 2026.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRA TADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



- I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;
- II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e
- III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

- I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade 2.042, Classificação econômica 4.4.90.52.00, , Exercício 2026 Atividade 2.042, Classificação econômica 3.3.90.30.00.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a

nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07 de Agosto de 2025

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I** - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX** - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I** - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II** - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**
- b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;**

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



16.1. Fica eleito o Foro da cidade de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

SANTO ANTÔNIO DOS LOPES - MA, 28 de Janeiro de 2026

Assinado digitalmente
SEC. MUN. DE OBRAS, HABIT. E URBANISMO
CNPJ(MF) 06.172.720/0001-10
CONTRATANTE
GM COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS
Assinado de forma digital por GM
COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS
LTDA:57214893000195
Dados: 2026.01.28 10:04:12 -03'00'
GM COMERCIO E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA
CNPJ 57.214.893/0001-95
CONTRATADO(A)